

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E AGROINDUSTRIAIS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS E DAS COOPERATIVAS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Lenize Rodrigues Ferreira

GRUPO DE TRABALHO: GT1 Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território.

RESUMO

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou por um processo de reorganização territorial impulsionado pela formação de um complexo agroindustrial, com influência do Estado nas relações entre a agricultura e a indústria. Este processo intensificou a interdependência entre campo e cidade, ao mesmo tempo em que promoveu a especialização de centros urbanos voltados ao atendimento das novas demandas do meio rural. Nesse contexto, as cidades médias assumem papel estratégico na articulação dos sistemas urbanos regionais e na reorganização produtiva do território. O texto aborda, como recorte territorial, a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase nas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, que desempenham a função de centros regionais para os municípios do entorno. Analisamos quais os papéis desempenhados por essas cidades no circuito da agricultura modernizada, através da atuação das Cooperativas Agropecuárias que exercem importante papel enquanto agentes de produção do espaço. Essas cooperativas ao promoverem atividades como beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, além da oferta de serviços diversos, desempenham papel central no dinamismo socioeconômico regional. Além da centralidade urbana que Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa apresentam na região noroeste do Estado, destaca-se o papel que essas cidades desempenham no funcionamento da rede urbana regional. Essas cidades configuram-se como nós estratégicos das redes agroindustriais, promovendo um novo ordenamento territorial e refletindo os efeitos da globalização nas dinâmicas urbano-rurais, a partir de uma lógica estruturada pela divisão técnica e social do trabalho.

Palavras-chave: Cidade médias/intermedias. Região Funcional 7. Ijuí/Santo Ângelo/Santa Rosa (RS-Brasil). Modernização agrícola. Cooperativas agropecuárias.

INTRODUÇÃO

O período de 1960 e 1970 corresponde, no Brasil, à formação de um complexo agroindustrial que reorganiza o território através da interdependência campo-cidade, com forte influência do Estado nas relações entre a agricultura e a indústria, através de subsídios e incentivos para o setor primário e para a produção tecnológica. Com o advento da modernização e tecnificação da agricultura, ocorre a especialização de algumas cidades para atender a determinados tipos

de produção que se desenvolvem no entorno rural. Essas especializam-se para atender um campo mais moderno e cada vez mais urbano. Devido a mecanização do campo e ao histórico processo de concentração de terras, assistiu-se até meados da década de 1990 a uma expulsão dos trabalhadores rurais que buscaram nas cidades seu refúgio, implicando no surgimento de grandes concentrações urbanas, esvaziamento de áreas rurais e pequenos centros. Como as indústrias absorvem cada vez menos mão de obra e o setor terciário apresenta um lado moderno, que exige qualificação profissional, e outro marginal, que remunera mal e não garante estabilidade, a urbanização brasileira caminha em paralelo ao aumento da pobreza e a deterioração crescente das possibilidades de vida digna aos novos cidadãos urbanos.

Nesse contexto, as cidades se converteram em elemento essencial na articulação de diferentes territórios, e as cidades médias/intermedias emergem como fator relevante para a articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a revitalização dos territórios vizinhos, assumindo, portanto, um papel importante na escala regional. O desenvolvimento de novas tecnologias, por um lado, e a necessária reorganização do trabalho e do tempo de trabalho, por outro, colocam a relação com o espaço, em outros termos, bem como a relação entre a cidade e o campo. Nas cidades médias, as relações urbano-rural tornam-se, portanto, mais imbricadas.

Partindo dessas questões iniciais, a proposta do texto é trazer elementos que contribuam à análise das transformações produzidas nas pequenas e médias cidades a partir do processo de modernização e tecnificação da agricultura no Brasil. Utilizamos como recorte territorial a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, com ênfase nas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, que desempenham a função de centros regionais para os municípios do entorno. Analisamos quais os papéis desempenhados por essas cidades no circuito da agricultura modernizada, através da atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes na região que exercem importante papel enquanto agentes de produção do espaço. Essas cooperativas constituem organizações que estabelecem o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, geram postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico para a região.

Para fundamentarmos esta análise, utilizaremos como base teórica contribuições de autores como Brum (1988), Cargnin (2017), Elias (2006, 2011, 2013), Rotta (2007), Santos (1994, 1997), entre outros. Utilizamos também dados secundários do Censo Demográfico 2010 e 2022 e, Censo Agropecuário 2017, buscando compreender o papel das cooperativas e das

cidades mencionadas, em uma região que apresenta forte dinamismo com a agricultura modernizada e que reflete conexões com o atual processo de globalização.

Além desta parte introdutória, o texto organiza-se da seguinte forma: a primeira seção aborda a caracterização territorial da região, sua estrutura urbana e fundiária. Na sequência, é abordado o processo de modernização da agricultura e o surgimento das primeiras cooperativas agropecuárias no noroeste do RS. A terceira seção traz exemplos de algumas das cooperativas agropecuárias presentes na região, enquanto agentes de produção do espaço. A quarta seção dedica-se a analisar as cidades médias da região em relação ao campo enquanto espaços complementares. Tecemos esse diálogo a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de atividades especializadas para atender a esse rural “modernizado”. Por fim, nas considerações finais, buscamos sintetizar as reflexões desenvolvidas ao longo do texto.

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO

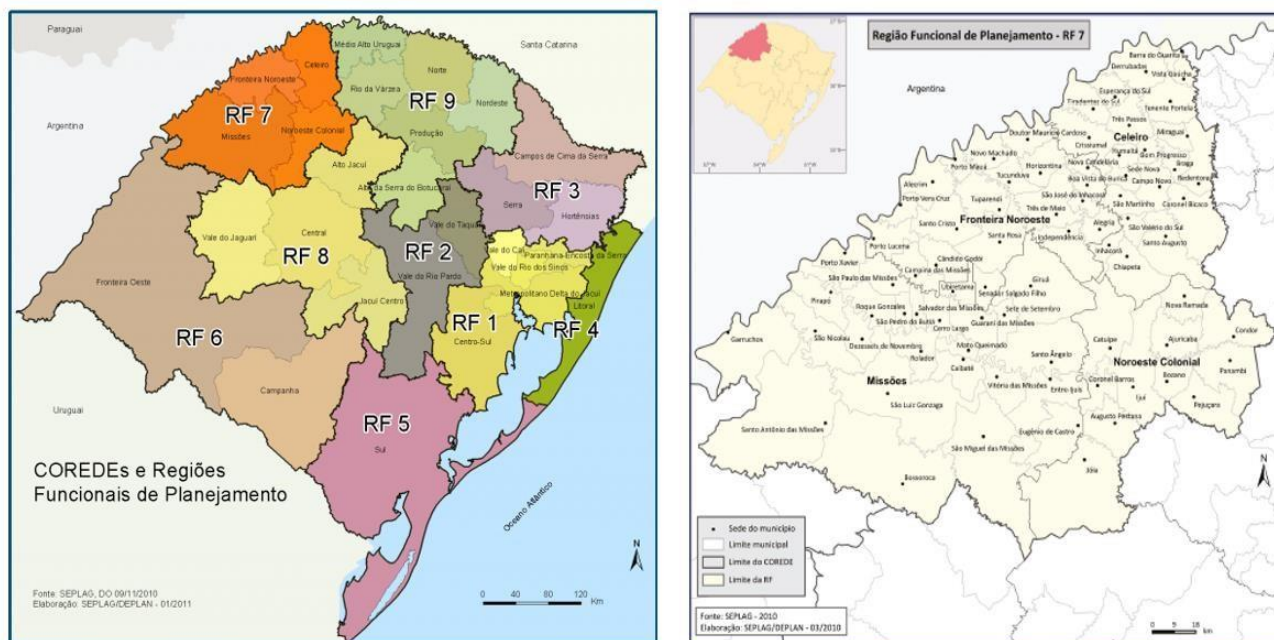
O noroeste do Rio Grande do Sul, recorte territorial definido como Região Funcional 7 (RS, 2015) é formado por 77 municípios distribuídos em 4 COREDES: Missões (25 municípios), Noroeste Colonial (11 municípios), Fronteira Noroeste (20 municípios) e Celeiro (21 municípios), conforme demonstrado na Figura 1. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a população total da região é de 760.825 habitantes¹, crescimento de 0,16% em comparação ao Censo anterior de 2010 (759.591 habitantes). Predomina na região as pequenas cidades (66 de 77) com até 10 mil habitantes em área urbana, que representam 85,7% do total das cidades da rede urbana regional. Somente os municípios de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa (principais centralidades) possuem população urbana acima de 50 mil habitantes na região; dois municípios – Panambi e São Luiz Gonzaga – possuem população urbana acima de 30 mil habitantes e, seis municípios possuem população urbana entre 10 e 20 mil habitantes.

A região caracteriza-se como uma área de perda populacional nas últimas duas décadas: no período 2000-2010, a região apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do estado, de -0,31% ao ano. E, no período 2010-2020, dos 77 municípios que compõem a RF7, 58 municípios (75,3%) apresentaram decréscimo de população. Os municípios que crescem são justamente os que exercem centralidade na região e os que

¹ A população total da RF7 corresponde a 7% da população do RS. Segundo dados do Censo 2022, a população total do Estado é de 10.882.965 habitantes, destas 87,50% de população urbana.

apresentam as maiores taxas de urbanização. Santo Ângelo possui 94,7% da população residente na área urbana, Santa Rosa 92%, Ijuí 91,4% e Panambi 92,6%, ou seja, apresentam taxa de urbanização acima da média da região (75,3%) e, do Estado (87,5%).

Figura 1 - Regiões Funcionais de Planejamento do RS e COREDEs da Região Funcional 7



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL

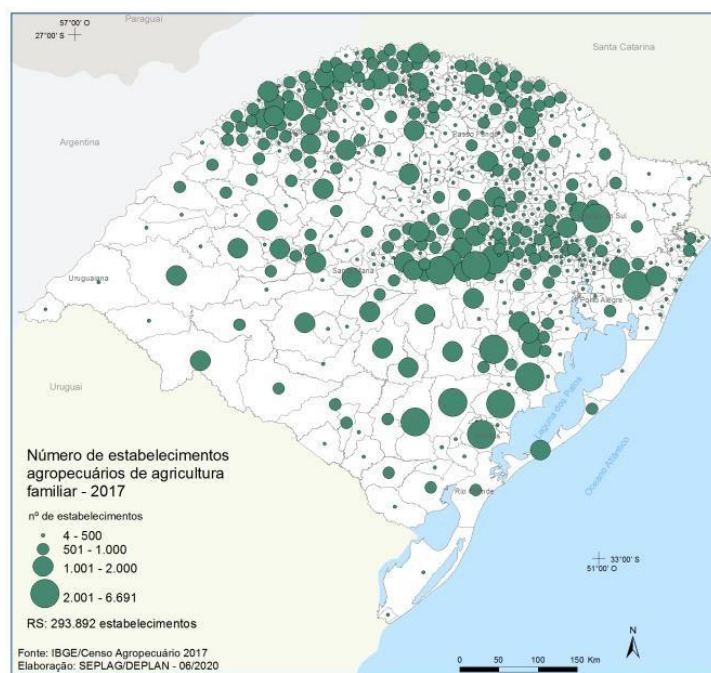
A Região Funcional 7 possui forte tradição na atividade agrícola voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho e trigo; e, na pecuária, com produção de leite e criação de aves e suínos. O trigo e a soja são responsáveis pelo início do processo de modernização no RS, a partir da década de 1970. Destacamos ainda a cadeia de máquinas e implementos agrícolas que tem na região alguns dos principais polos - Horizontina, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo e Santa Rosa.

A região caracteriza-se, assim, por um número expressivo de municípios de pequeno porte e com uma porcentagem grande de população rural (24,7% na região). A média de população rural é de 12,5% para o Estado. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, do total de 59.673 estabelecimentos agropecuários da região, 38,7% possuem menos de 10 hectares e, 26,45% dos estabelecimentos possuem de 10 a menos de 20 hectares, totalizando 65,15% (38.875) dos estabelecimentos na região com menos de 20 hectares. Há, portanto, um predomínio de pequenas propriedades.

O Rio Grande do Sul possuía, em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário, 365.094 estabelecimentos agropecuários, 293.892 classificados como familiares (80,5%) e,

71.202 como não familiares (19,5%). Os estabelecimentos de agricultura familiar² estão presentes em todas as regiões, embora mais concentrados no norte/noroeste e centro-leste do Estado, como demonstrado na Figura 2. No ano de 2017, apresentavam um total de pessoal ocupado de 716.695 pessoas. Já os estabelecimentos de agricultura não familiar se encontram em maior número no sul e sudoeste do Estado e contavam, em 2017, com um contingente de pessoal ocupado de 275.718 pessoas.

Figura 2: RS – Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar 2017



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2021, p.120

A Figura 2 ratifica o predomínio de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte e da agricultura familiar na região noroeste. Importante destacar ainda, que as cidades de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, centros urbanos de articulação intermediária e imediata, que hoje polarizam regiões rurais no noroeste do estado do RS tiveram por origem núcleos coloniais efetivamente implantados apenas nas primeiras décadas do século XX (Santa Rosa), ou na última década do século XIX (Ijuí). Constitui-se, nesse sentido, em uma área de ocupação recente, e que durante a segunda metade do século XX foi literalmente revolucionada pelo processo que se convencionou chamar de “modernização agrícola”.

² Segundo a Lei 11.326/2006, Art.3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS PRIMEIRAS COOPERATIVAS

A modernização da agricultura constitui-se num dos aspectos marcantes da evolução da agropecuária brasileira na década de 1970. Centrou-se no amplo emprego de máquinas e de insumos de origem industrial, difundindo-se a partir de fortes subsídios creditícios. O período de 1960 e 1970 corresponde, no Brasil, à formação de um complexo agroindustrial que reorganiza o território através da interdependência campo-cidade, com forte influência do Estado nas relações entre a agricultura e a indústria, através de subsídios e incentivos para o setor primário e para a produção tecnológica. Com o advento da modernização e tecnificação da agricultura, ocorre a especialização de algumas cidades para atender a determinados tipos de produção que se desenvolvem no entorno rural. Essas especializam-se para atender um campo mais moderno e cada vez mais urbano. As características específicas que a modernização da agricultura assumiu estão associadas à concentração fundiária, em diferentes graus de intensidade, e ao processo de valorização acentuada da terra.

No estado do RS, o processo de modernização da agricultura, esboçado a partir de 1945, têm início na região do Planalto Gaúcho, que corresponde às regiões fisiográficas do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai (BRUM, 1988). A policultura de subsistência é substituída pela cultura de comercialização (binômio trigo-soja) e, enquadra-se na nova estratégia de capitalismo internacional, no pós guerra. A década de 1950 marca a estagnação e declínio da agricultura tradicional que se agravou na década de 1960, devido: esgotamento da fertilidade natural do solo, redução do tamanho das propriedades rurais em decorrência da partilha por herança e baixos preços dos produtos agrícolas.

A partir da década de 1950 a região Noroeste do RS passou a enfrentar um processo de reestruturação que foi transformando sua estrutura socioeconômica e definindo uma nova forma de inserção na dinâmica do estado e do país. A triticultura mecanizada no campo teve início em 1946 em Passo Fundo e Carazinho e alguns anos após em Ijuí e Santo Ângelo, estendendo-se a outros municípios ainda na década de 1950. A partir de 1946 o trigo passava a comandar o processo de transformação da economia regional, substituindo as culturas regionais e associando-se, a seguir, com a soja, e o surgimento de novas unidades de produção: as granjas ou empresas rurais.

No final da década de 1950 ocorre a fundação das cooperativas no RS. De acordo com Brum (1988), a partir de meados da década de 1960 (1965) o agricultor tradicional (colono) começou a ingressar no processo de modernização da agricultura, mais forçado pelas circunstâncias do que por opção (BRUM, 1988, p.75/76). “Os que primeiro se lançaram à produção mecanizada de trigo não foram os colonos e sim, pessoas da cidade com algum tipo de vinculação com a agricultura” (BRUM, 1988, p.75). Há, portanto, o surgimento de uma nova categoria social com interesses específicos: os granjeiros.

Em 1950 o trigo era a 3ª produção do estado, a partir de 1972 a soja assume o 1º lugar. A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira e incentivo do governo para agricultura destinada à exportação: “a lavoura de soja expande-se utilizando-se da estrutura já instalada para a cultura do trigo no período em que a lavoura desse produto passava por dificuldades, seja por fatores climáticos ou por imposições do mercado” (CARGNIN, 2017, p.118).

Brum (1988) salienta como elementos da modernização agrícola: conservação do solo, mecanização da lavoura - aumento de 1.483% na área mecanizada em 10 anos -, seleção de sementes, fertilização do solo, a assistência creditícia, que o autor salienta como fator decisivo do processo de modernização da agricultura no país e, a expansão do cooperativismo. Nesse sentido, a cooperativa se constitui em instrumento da modernização. Segundo o autor, as Cooperativas e seus associados foram assumindo a responsabilidade da orientação e realização do trabalho de conservação do solo.

A necessidade sentida pelos produtores, de um lado, e o estímulo dado pelo governo do outro, levaram os granjeiros (tricultores) a criarem as primeiras 20 Cooperativas tritícolas na região em 1957. Outras surgiram nos anos subsequentes. Já em 1958 foi criada a Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul Ltda (FECOTRIGO), integrada por todas as cooperativas singulares, com objetivo de articular a ação política conjunta do setor (BRUM, 1988, p.111).

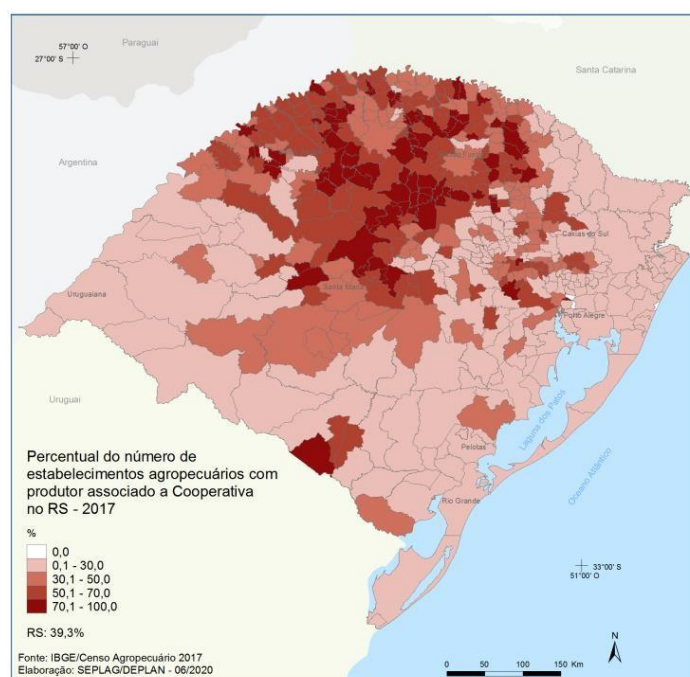
A Fecotrigo objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infraestrutura ao produtor de trigo, visando minimizar a crise no setor. As cooperativas tritícolas surgem no Estado como alternativa para a situação de recessão daquele momento. Além de instrumento de modernização, elas (cooperativas) podem ser definidas enquanto atores regionais que irão alavancar a economia, visto que

As cooperativas criaram importante infra-estrutura de armazenagem, multiplicando armazéns nas áreas produtoras da região, a fim de receber e comercializar, alternadamente, as safras anuais do binômio trigo-soja. Assim, com o apoio oficial, foi construída uma infra-estrutura de armazenamento com capacidade suficiente para as crescentes safras agrícolas (BRUM, 1988, p.112).

A década de 1970 foi marcada pela grande expansão do ciclo da soja. As cooperativas da região, em maior ou menor grau se instrumentalizaram para atender às demandas dos produtores nas diversas fases do processo: criação e ampliação do departamento técnico com a finalidade de orientar e prestar assistência técnica aos produtores rurais; atuação no setor de consumo (insumos, supermercados, confecções) e no crédito rural.

Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE), no estado do RS 143.481 estabelecimentos agropecuários contavam com produtor rural associado à cooperativa, ou seja, 39,3% do total de estabelecimentos, como demonstrado na Figura 3. No Brasil, esse percentual é de 11,42% (579.438 de um total de 5.073.324 estabelecimentos). Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2017, o estado com a maior participação de estabelecimentos com produtor rural associado à cooperativa, seguido de Paraná e Santa Catarina (RS, 2021).

Figura 3 – RS: estabelecimentos agropecuários com produtor associado à cooperativa 2017



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2021, p.121

Como pode ser observado na Figura 3, há uma concentração maior desses estabelecimentos no norte e noroeste do território gaúcho. Na Região Funcional 7, dos 59.673 estabelecimentos agropecuários da região, 34.481 (57,78%) possuem associação do produtor à cooperativa. Dos 77 municípios que compõem a região, 24 municípios possuem mais de 70% dos estabelecimentos associados à cooperativa; 31 municípios possuem de 50,1% a 70% dos

estabelecimentos associados; 18 municípios possuem de 30,1% a 50% dos estabelecimentos associados e apenas 4 municípios da região possuem menos de 30% dos estabelecimentos associados a cooperativa.

No Rio Grande do Sul, a produção agropecuária da agricultura familiar apresenta forte influência do cooperativismo, como pode ser verificado ao relacionarmos as Figuras 2 e 3. A distribuição dos estabelecimentos com produtor associado à cooperativa no RS, segundo o Censo Agropecuário 2017, reflete essa realidade da organização produtiva (RS, 2021). Salientamos ainda o papel que as Cooperativas exercem quanto a origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários: no estado esse percentual é de 16,47% dos estabelecimentos. Ao analisarmos a RF7, 13.713 estabelecimentos, 22,98%, recebem orientação técnica oriunda das Cooperativas.

Neste sentido, essas Cooperativas são consideradas como atores locais/regionais, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação reorganizando o espaço rural e urbano (CARGNIN, 2017). Segundo a autora, o espaço urbano também tem sua dinâmica alterada, pois o aumento da renda gerado no setor rural implica, na sua maioria, investimentos no urbano e, conseqüentemente, ampliação do seu mercado de trabalho.

Para Brum (1988), as maiores cooperativas tornaram-se grandes complexos empresariais, com atuação em diversas atividade relacionadas, de forma direta e indireta, “com atividade agrícola e as necessidades da família rural” (BRUM, 1988, p.114). As cooperativas maiores ingressaram na agroindústria – fábricas de óleo de soja e rações e laticínios através da Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL, fundada em 1976, com sede em Cruz Alta/RS. A CCGL trabalha com produtos industrializados a partir do leite e com o desenvolvimento de tecnologia para melhoramento genético de semente de soja, trigo e forrageiras. Atua em 350 municípios do RS e possui mais de 171 mil produtores rurais filiados às 39 Cooperativas Associadas que formam o grupo.

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA REGIÃO FUNCIONAL 7

Nesta seção, destacamos a atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes nas cidades de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Panambi, enquanto agentes atuantes em uma região que apresenta forte dinamismo com a agricultura modernizada. Essas cooperativas constituem organizações que estabelecem o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, geram postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico para a região. Exercem, portanto, importante papel enquanto agentes de produção do espaço.

De acordo com as informações disponíveis na página do Sistema OCERGS, órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas, “o cooperativismo é um modelo econômico-social que gera e distribui riqueza de forma proporcional ao trabalho de cada associado”³. As cooperativas são reunidas em 7 ramos, de acordo com o tipo de trabalho que realizam. São eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; transporte; e trabalho, produção de bens e serviços (ramo educacional).

Embora não tenhamos a pretensão de nos aprofundarmos no Cooperativismo, consideramos importante destacar algumas informações sobre o RS, disponibilizadas pelo Sistema OCERGS. O estado do RS possui, atualmente 355 cooperativas, distribuídas nos seguintes ramos: 88 do ramo agropecuário, 77 cooperativas de crédito, 70 do ramo de transporte, 50 que integram o ramo saúde, 31 cooperativas do ramo trabalho, produção de bens e serviços, 29 de infraestrutura e 5 cooperativas de consumo. As mais de 350 cooperativas gaúchas possuem 3,8 milhões de associados e geram 68,9 mil empregos diretos. Na RF7 constam 42 cooperativas, segundo informações do Sistema OCERGS, distribuídas nos seguintes ramos: 11 cooperativas agropecuárias, 7 de crédito, 5 de infraestrutura, 4 do ramo saúde (localizadas nos municípios que exercem maior centralidade), 11 de transporte e 4 cooperativas do ramo trabalho, produção de bens e serviços (abrange também o ramo educacional), conforme Quadro 1:

Quadro 1: Cooperativas na RF7 por Ramos de atividades

	Agropecuária	Crédito	Infraestrutura	Saúde	Transporte	Trabalho, Prod. bens e Serviços
RF7	11	7	5	4	11	4
Ijuí		2	1	1	3	
Santa Rosa	3		1	1		1
Santo Ângelo		1		1	1	1
Demais municípios	8	4	3	1	7	2

Fonte: Sistema OCERGS

<http://www.sescoopr.rs.coop.br/conheca-o-sistema/organizacao-cooperativa/>

Ijuí possui sete cooperativas: UNICRED HORIZONTES – Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo Unicred Horizontes Ltda; SICREDI DAS CULTURAS RS/MG – Cooperativa de Crédito,

³ Disponível em: <https://www.sescoopr.rs.coop.br/cooperativismo/>. Acesso em 22/04/2025.

Poupança e Investimento Regiões das Culturas; CERILUZ – Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda; UNIMED NOROESTE - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda; e três cooperativas de transporte: COOTAC – Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Cargas Ltda; COOTRALEI – Cooperativa Regional dos Transportadores Autônomos de Leite Ltda e COTRACAR – Cooperativa de Prestação de Serviços de Transportes Ltda.

Santa Rosa, possui seis cooperativas: COTRIROSA – Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda; COOPERMIL- Cooperativa Mista São Luiz Ltda; COOPERINOVAÇÃO – Cooperativa de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste; UNIMED FRONTEIRA NOROESTE/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda. e, COOPERCONCÓRDIA – Cooperativa de Trabalho Educacional Cooperconcórdia Ltda.

Santo Ângelo possui quatro cooperativas: COTRISA- Coop. Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda. (em liquidação extrajudicial segundo informação na página do sistema OCERGS); UNICRED ELEVA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Unicred Eleva Ltda.; UNIMED MISSÕES/RS – Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda.; COTRAM - Cooperativa dos Transportadores Rodoviários das Missões Ltda. e COOPEEC – Cooperativa de Trabalho Escola Concórdia.

Na sequência, destacaremos algumas das Cooperativas Agropecuárias existentes nos municípios de Santa Rosa, Panambi e São Luiz Gonzaga. A escolha deve-se ao papel que essas cooperativas representam na região, enquanto agentes no processo de modernização da agricultura, bem como no urbano, nas cidades.

Conforme definição disponível na página da OCERGS, o Ramo Agropecuário é “composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, o(s) meio(s) de produção”.

Santa Rosa possui três cooperativas agropecuárias como já mencionado anteriormente. A COTRIROSA - Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda; foi fundada em 29/06/1968 por 77 agricultores. Atua na industrialização, beneficiamento e comercialização de uma linha de produtos com as marcas *Nutrirosa* e *Cotrirosa* (farinhas e farelos). Possui 28 lojas agropecuárias e 25 supermercados distribuídos em 16 municípios da região⁴. Atua

⁴ Informações disponíveis em <https://www.cotrirosa.com/>

também na produção de leite através da CCGL (Cruz Alta). Em todas as unidades a Cooperativa possui pontos de vendas de insumos e ferragens, medicamentos veterinários e nutrição animal. Somente em Santa Rosa localizam-se 3 lojas específicas. Possui unidades nos municípios de: Alecrim, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama.

A segunda cooperativa agropecuária localizada em Santa Rosa é a COOPERMIL - Cooperativa Mista São Luiz Ltda, fundada em 27/08/1955 na localidade de Cinquentenário, distrito de Santa Rosa, hoje município de Tuparendi. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados a agricultura. Atualmente possui mais de 5.000 associados, atua em 34 municípios da região e conta com mais de 1.000 empregados. Possui 14 unidades de recebimento de grãos (soja, milho e trigo) com capacidade de 2.390.000 sacos de grãos. Atua no mercado de leite desde 1980, integralizando a produção à CCGL. A cooperativa produz e comercializa sementes em parceria com a Embrapa, Fundação Pró-Semente de Passo Fundo e a CCGLTec de Cruz Alta. A Sede Administrativa localiza-se na cidade de Santa Rosa: funciona como recebimento de grãos, centro de distribuição de insumos e centro de distribuição dos supermercados. Há três unidades localizadas na cidade: Recebimento de Grãos e Centro de Tratamento de Sementes – CTS; Centro de Distribuição de Insumos Agropecuários e Centro de Distribuição de Supermercados. E, mais 2 unidades no interior do município (Esquina Candeia): Agropecuária, Super São Luiz e Recebimento de Grãos e, a Fábrica de Rações. Conta ainda com 1 Agropecuária, 3 supermercados - Super São Luiz - e 4 postos de combustíveis localizados na cidade de Santa Rosa.

A Cooperativa possui ao todo 15 unidades de recebimento de grãos e agropecuária, 12 supermercados e 5 postos de combustíveis. Além de Santa Rosa, possui unidades nos municípios de Campina das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Guarani das Missões, Novo Machado, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama, totalizando 16 municípios com unidades na região. Sua área de atuação inclui ainda, mais 18 municípios: Alecrim, Alegria, Caibaté, Catuípe, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Horizontina, Independência, Mato Queimado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzalez, Salvador das Missões, São Paulo das Missões e Senador Salgado Filho. Segundo informações disponíveis na OCERGS, Santa Rosa possui também a COOPERINOVAÇÃO, fundada em 17/01/2024, que atua no comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

No município de Panambi destacamos a atuação da COTRIPAL - Agropecuária Cooperativa, fundada em 21/09/1957 por 29 agricultores no município de Panambi. Atualmente são mais de 5 mil associados e 2 mil funcionários. Cobre uma área agricultável de 85 mil hectares. A área de abrangência da Cooperativa inclui os municípios de: Ajuricaba, Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado, Bozano, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Eugênio de Castro, Ijuí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara e Santo Augusto, totalizando 14 municípios de abrangência na região, além dos municípios de Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul. Possui 18 unidades próprias para recebimento de grãos; 6 supermercados, 1 frigorífico (Condor), 1 fábrica de rações (Panambi), 5 lojas⁵, nos municípios de Panambi, Pejuçara, Condor, Augusto Pestana e Santa Bárbara do Sul; 4 postos de combustíveis (2 localizados em Panambi); 3 farmácias, 2 em Panambi e 1 em Condor, 1 Autocentro e o TRR Borboleta – Transportador Revendedor Retalhista, empreendimento que entrega óleo diesel diretamente nas propriedades. O serviço oferecido através de caminhões-tanque, fornece combustível para os maquinários agrícolas e abastece tanques de geradores e pivôs de irrigação.

Em São Luiz Gonzaga salientamos a atuação da COOPATRIGO – Cooperativa Triticola Regional São-Luizense Ltda, fundada em 25/09/1957 por 11 produtores rurais. Segundo informações disponíveis na página da Cooperativa⁶, inicialmente a cooperativa trabalhava com a lavoura de trigo, quando foram construídos os primeiros armazéns. Na década de 1970, a soja se transformou na principal cultura plantada na região. Atualmente a Coopatrigo tem uma área de atuação que engloba 300 mil hectares em 13 municípios: São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Garruchos, São Nicolau, Pirapó, Dezesseis de Novembro, Roque Gonzales, Rolador, Caibaté, Mato Queimado, Bossoroca, Capão do Cipó e Santiago. Possui 23 unidades de recebimento de grãos, duas indústrias (arroz e fábrica de rações), produzindo as marcas *Arroz 7 Povos* e *Rações Piratini*, uma Unidade de Beneficiamento de Sementes com dois Centros Industriais de Tratamento de Sementes, laboratório de sementes, laboratório de solos, matizeiro de suínos, dois supermercados, três postos de combustíveis, 1 centro agropecuário, 9 lojas de consumo/veterinária e 12 lojas de insumos.

⁵ As lojas Cotripal vendem linhas de peças agrícolas, ferragens, implementos agropecuários, produtos veterinários, material de construção e acabamentos, eletrodomésticos e móveis. Disponível em: <https://cotripal.com.br/negocios/varejo/lojas/> Acesso em 25/04/2025.

⁶ <https://www.coopatrigo.com.br/novo/a-coopatrigo/> - Acesso 28/04/2025.

Cabe destacar ainda a atuação da COTRIJUÍ, fundada em 20/07/1957, como Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda - COTRIJUI, hoje denominada: COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária & Industrial, que encontra-se em liquidação, segundo informações disponíveis no site Econodata.⁷ Essa cooperativa atuava em mais de 42 municípios no estado, 22 deles na RF7; possui 13 unidades de beneficiamento, industrialização e comercialização. Gerava um total de 2.700 empregos diretos e, contava com mais de 19 mil produtores associados.

Assim como a COTRIJUÍ (em liquidação), no município de Santo Ângelo, destacava-se a COTRISA, fundada em 21/12/1956 e extinta por liquidação voluntária desde 15/02/2022. A COTRISA possuía 21 unidades de recebimento de grãos, das quais 15 operavam também na comercialização de insumos; 15 supermercados, 8.992 associados e 680 colaboradores⁸. Em 1978 ocupava a posição de 2ª maior cooperativa de produção agropecuária do RS e expandiu suas atividades para o Mato Grosso do Sul. Possui unidades em 13 municípios da região: Caibaté, Catuípe, Cerro Largo, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Guarani das Missões, Mato Queimado, Roque Gonzales, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Vitória das Missões. A área de abrangência soma 330.000 hectares, destes 95% de agricultura familiar.

As cooperativas mencionadas trabalham com o recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, junto com a venda de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas. Algumas possuem também supermercados e postos de combustíveis. A presença de profissionais qualificados está presente também nas cooperativas agropecuárias que são consideradas difusoras das novas técnicas e tecnologias para atender e ampliar a demanda por aperfeiçoamento técnico visado pelos agricultores (CARGNIN, 2017).

Ressaltamos que as cooperativas existentes na região surgem, como saída à crise na agricultura. Há um contexto que leva a formação dessas cooperativas, mais como necessidade. Com exceção da COTRIROSA (fundada em 1968), todas foram fundadas no final da década de 1950: COOPERMIL(1955), COTRISA(1956), COOPATRIGO, COTRIJUÍ e COTRIPAL em 1957; que coincide com o período de estagnação e declínio da agricultura

⁷ <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/90726506000175-COTRIJUI-COOPERATIVA-AGROPECUARIA-INDUSTRIAL-LTDA-EM-LIQUIDACAO> Acesso em 28/04/2025

⁸ Informações disponíveis na página da Cooperativa, com data de 31/12/2008.
<http://www.cotrisa.com.br/> Acesso em 24/05/2021

tradicional, agravado ao longo da década de 1960. Enfatizamos que esses agentes que dão início ao processo de modernização no campo são de origem urbana. Não se desenvolve essa racionalidade no campo por si só, levando ao processo de “urbanização do meio rural”. O rural se moderniza aos moldes do urbano, com a mecanização e organização do trabalho a partir das cidades.

Segundo Cargnin (2017), após a crise de 2008 há uma diminuição no número de cooperativas no estado, mas há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação.

A diminuição das exportações de grãos brasileiros e a oscilação dos preços das commodities agrícolas refletem na permanência ou não de algumas cooperativas agropecuárias no mercado. Isso ocorre, em parte, às formas de gestão das cooperativas, que por falta de crédito vendem os grãos depositados pelos cooperados, sem que eles tenham realizado o faturamento desses produtos (...) nos últimos anos há uma diminuição no número de cooperativas, mas há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação. Antes as cooperativas eram locais e atualmente a atuação é regional (CARGNIN, 2017, p. 89).

São consideradas, portanto, como agentes locais/regionais, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação, reorganizando o espaço rural e urbano, através do número de empregos gerados direta e indiretamente bem como as mudanças ocasionadas nas cidades.

CIDADES MÉDIAS/INTERMEDIAS E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Nesta seção, buscamos estabelecer esse diálogo rural-urbano a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de novas atividades de comércio e serviços (consideradas urbanas) na área rural no noroeste do RS. Concomitante, entendemos que a utilização do conceito urbano também se aplica para qualificar o espaço, as relações que nele ocorrem.

A saída para a crise da agricultura verificada na década de 1950/1960 têm importante atuação das cooperativas que surgem na região. A modernização do campo terá também a atuação desses agentes da modernização nas cidades, através dos mercados, postos de gasolinas, lojas agropecuárias, geração de postos de trabalho, assistência técnica e como agentes financeiros locais, através das cooperativas de crédito.

Segundo Rotta (2007) a integração entre a agricultura e a indústria, permitiu a intensificação da produtividade agrícola e a criação de um mercado de trabalho urbano capaz de absorver a população excedente do meio rural. Segundo o autor, a criação de serviços

necessários à expansão da agricultura moderna consolidou, um mercado de trabalho urbano na região, que absorveu a população excedente oriunda no meio rural.

Novas relações surgem entre a cidade e o campo a partir dessa agricultura modernizada. As transformações verificadas nas cidades decorrem das transformações no campo, do surgimento de novas relações entre a cidade e o campo. Há então a extensão do tecido urbano por todo o território devido as novas relações sociais.

As cidades apresentam forte ligação com a produção agrícola e/ou agroindustrial e desempenham papel de apoio a essas atividades. Em estreita ligação/relação com a produção agropecuária desenvolve-se o setor industrial, com unidades orientadas à produção de alimentos, mecânica, produção de máquinas e implementos agrícolas e bebidas (SOBARZO, 2015). As cidades da região especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, ou seja, comércio e serviços articulados ao urbano.

Nesse sentido, as cidades médias da região se converteram em elemento essencial na articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a revitalização dos territórios vizinhos, assumindo, portanto, um papel importante na escala regional. O desenvolvimento de novas tecnologias, por um lado, e a necessária reorganização do trabalho e do tempo de trabalho, por outro, colocam a relação com o espaço, em outros termos, bem como a relação entre a cidade e o campo. Nas cidades médias, as relações urbano-rural tornam-se, portanto, mais imbricadas. A importância dessas cidades relaciona-se, destarte, com as novas funções que passam a desempenhar ao se constituir em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária (ELIAS, 2013).

Observa-se uma interdependência da agricultura científica/modernizada com os demais setores econômicos. “As cidades próximas são adaptadas às suas demandas, pois é a cidade que passa a fornecer a grande maioria dos produtos, serviços e mão de obra necessários à produção agropecuária e agroindustrial (ELIAS, 2006, p.290)

Elias (2007, 2013) denomina esses novos arranjos territoriais produtivos de RPAs – “regiões produtivas agrícolas”, que constituem os novos arranjos territoriais produtivos, associados ao agronegócio globalizado e, inerentes às redes agroindustriais. São compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos espaços urbanos escolhidos para receber os

investimentos privados, as *idades do agronegócio*. Nas palavras da autora, referem-se a uma “atualização” das cidades do campo, conceito utilizado por Milton Santos⁹ (ELIAS, 2007, p.117), ou seja, as cidades próximas ao campo se adaptam para atender às suas principais demandas. Essas cidades tornam-se responsáveis pelo atendimento das demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços. Ocorre uma especialização de determinadas atividades, e principalmente do comércio, para atender diretamente ao processo de produção: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, etc. “A cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1994, p. 52).

Embora não seja o objetivo deste texto classificar a RF7 como uma RPAs, temos clareza que as relações urbano/rural nesta região são complexas e se complementam. Diante do advento da agricultura modernizada, as cidades da região especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural. Essa dinâmica rural constitui, sobretudo, na criação de estoques de novos meios de consumo, insumos, crédito agrícola e mão-de-obra, e, portanto, agem como centros de transportes e comunicações. Essas pequenas cidades não estão desarticuladas de um plano mais amplo: o da constituição do espaço urbano como um todo. “Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização” (ELIAS, 2007, p.120). E, as cidades médias/intermedias estabelecem esse elo entre as diversas escalas: local, regional, nacional e global; entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1997).

As relações cidade e campo se fazem em novos termos. Tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos são produzidos. A concepção do urbano vai além da própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto buscamos analisar as cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, principais centralidades da RF7, região de agricultura modernizada. Examinamos a atuação das Cooperativas Agropecuárias que tem papel fundamental no processo de modernização da agricultura, enquanto agentes de produção do espaço. As cooperativas agropecuárias

⁹ De acordo com Santos (1994), ocorre uma mudança de conteúdo das cidades locais, que passa a ser a *cidade do campo* e não mais a *cidade no campo*, devido a especialização de determinadas atividades para atender diretamente ao processo de produção.

surgem no final da década de 1950 no estado do RS, como alternativa para a situação de crise enfrentada naquele momento. As cooperativas mencionadas ao longo do texto, trabalham com o recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, junto com a venda de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas. Algumas possuem também supermercados e postos de combustíveis. São consideradas, portanto, como agentes de modernização, pois sua atuação reestrutura o espaço rural e urbano, tornando essas relações mais articuladas.

A importância das cidades de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, principais centralidades da região, como destacado no texto, está relacionada com as novas funções que passam a desempenhar ao se constituir em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária. Essas cidades não estão desconectadas de um plano mais amplo, o da constituição do espaço urbano como um todo. Assim, elas se inscrevem como parte do todo, articulando e sendo articulados pela rede urbana. As funções urbanas (papéis) que desempenham e que podem vir a desempenhar resultam, portanto, de uma estrutura mais ampla, apoiada pela divisão técnica, territorial e social do trabalho na rede urbana global.

REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 6. Ed. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Petrópolis: Vozes, 1988.

CARGNIN, M. **A TERRITORIALIDADE DA ATIVIDADE COOPERATIVA E A PRODUÇÃO DE SOJA NO PLANALTO GAÚCHO**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v.1, p.13-32, 2013.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, nov. 2011.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricometodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.113-138

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-303.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico. **Rumos 2015: estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul** /SCPDEPLAN; DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006. 5v.

ROTTA, E. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. 2007, 338f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOBARZO, O. A rede urbana da mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul: o papel das cidades nos circuitos da agricultura modernizada. **Revista GeoUECE** – Programa de PósGraduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, V.4, Nº 7, P.36-63, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geoece&page=article&op=view&path%5B%5D=1350> Acesso em: 06 dez. 2019